

Tacadas de FH na área social

Bolsa-escola para todas as crianças dos bolsões de pobreza e saneamento básico em todos os municípios brasileiros sem sistemas de água potável ou esgoto ou com deficiências nesses setores. Estes são os projetos com que o Palácio do Planalto pretende retirar mais uma bandeira da oposição: a do social. Perto de R\$ 8 bilhões serão aplicados nesses dois programas, a fundo perdido, nos próximos dois anos.

A condução dos projetos foi entregue a dois ministros que integram a lista dos *presenciáveis*. O ministro da Educação, Paulo Renato, como não podia deixar de ser, vai comandar o projeto da bolsa-escola. O ministro da Saúde, José Serra, por empenho pessoal, ganhou o comando do plano que fará uma pequena revolução no saneamento básico.

Os recursos para os dois projetos virão, quase inteiramente, do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, resultado da cruzada iniciada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Da idéia inicial, marcada pelo assistencialismo, o fundo evoluiu, nos debates no Congresso sobre o Orçamento de 2001, para a destinação maciça de recursos ao atendimento das carências mais dramáticas nas áreas de educação e saneamento.

Com o dinheiro, o Ministério da Educação vai dar nova dimensão ao seu modesto programa de bolsa-escola, que beneficiou alguns milhares de crianças no ano passado. Este ano, serão aplicados R\$ 1,7 bilhão para atender 1,7 milhão de crianças carentes em 1.400 municípios. Em 2002, o ano da eleição que escolherá o sucessor de Fernando Henrique, esses recursos passarão de R\$ 2 bilhões.

Trata-se de um gigantesco programa de bolsa-escola, que supera várias vezes, no quesito número de crianças beneficiadas, todos os projetos promovidos pelas prefeituras petistas. Segundo o ministro Paulo Renato, o programa terá papel fundamental no sucesso dos esforços para eliminação da evasão escolar.

De 11% em 1989, a taxa de evasão escolar caiu para 3% no ano passado. Novos avanços, além disso, segundo o ministro, só são possíveis com incentivos fortes, como o programa de bolsa-escola, que destina R\$ 34, entre dinheiro em espécie e alimentos, a cada família com filho em sala de aula.

Paulo Renato desdenha a possibilidade de que o governo federal venha a ser acusado de ter se apropriado de uma das mais caras bandeiras do PT. "Vamos recuperar a paternidade da idéia", afirma o ministro, lembrando que o primeiro programa do gênero foi lançado em 1994, na gestão do ex-prefeito de Campinas José Roberto Magalhães Teixeira um tucano histórico.

A inclusão do saneamento básico no Fundo de Pobreza ocorreu na fase final dos debates do Congresso sobre o Orçamento de 2001, quando foram identificadas novas fontes de recursos para o fundo. Decidiu-se, então, aumentar as verbas para a educação e destinar o resto da bolada para o saneamento básico em municípios pobres: R\$ 1,7 bilhão este ano e outra quantia igual em 2002.

A administração dos recursos ficará por conta do Ministério da Saúde e a explicação para essa escolha é a vinculação entre doenças e a falta de saneamento básico adequado. Por este motivo, cerca de 700 mil brasileiros adoecem todo ano, segundo cálculos do governo.

Tanto o projeto emergencial de saneamento como o da bolsa-escola farão parte do *Projeto Alvorada*, um plano lançado em julho passado com o objetivo de melhorar as condições de vida nas áreas mais carentes do país. Como a entrada destes dois megaprojetos, o *Alvorada* ganhou nova dimensão e deve virar o símbolo da ação do governo FH na área social.

A escolha dos municípios a serem beneficiados, nos dois projetos, se baseará no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o indicador que mede a pobreza dos municípios. O Ministério da Saúde também levará em conta os índices de doenças como esquistossomose, febre tifóide e cólera e de mortalidade infantil.

Os recursos para saneamento serão aplicados na melhoria ou criação de sistemas de abastecimento de água e de esgoto sanitário e sanitário doméstico e tratamento de lixo. Este ano serão beneficiados 3.000 municípios, mais da metade dos 5.507 municípios existentes no país. As obras serão feitas por meio de convênios com prefeituras municipais e governos estaduais.

A área social é o ponto fraco da administração FH, pelo menos na avaliação popular, a que conta. Para boa parte da opinião pública, mostram as pesquisas de opinião pública, a ação do governo está aquém da gravidade dos problemas que afligem milhões de brasileiros pobres e faz jus à acusação de que Fernando Henrique é insensível à questão social.

Esta percepção certamente começará a mudar com a implantação desses megaprojetos. Se mudar muito, terá peso relevante nos resultados das urnas de 2002 e beneficiará o candidato que melhor se identificar com esta nova cara do governo FH – a cara social.